

O INGRESSO DE MULHERES NAS UNIVERSIDADES NO BRASIL (1940-1980)

EL INGRESO DE LAS MUJERES A LAS UNIVERSIDADES EN BRASIL (1940-1980)

THE ADMISSION OF WOMEN TO UNIVERSITIES IN BRAZIL (1940-1980)



Alexandra Ferreira Martins RIBEIRO¹
e-mail: alexandrafmribeiro@gmail.com



Alboni Marisa Dudeque Pianovski VIEIRA²
e-mail: alboni@alboni.com

Como referenciar este artigo:

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023100, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.18047>



- | Submetido em: 11/05/2023
- | Revisões requeridas em: 22/06/2023
- | Aprovado em: 30/07/2023
- | Publicado em: 26/10/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba – PR – Brasil. Doutorado em Educação.

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba – PR – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Editora da Revista Diálogo Educacional (PUCPR). Doutorado em Educação (PUCPR).

RESUMO: O estudo teve por objetivo investigar como ocorreu o ingresso das mulheres nas instituições de Ensino Superior, no Brasil, no período compreendido entre 1940 e 1980. O período estudado coincide com a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e, em decorrência disso, da necessidade de preparo profissional. O recorte histórico estipulado abrange um período de quarenta anos e considera os dados disponibilizados pelos Recenseamentos Gerais dos anos de 1940 a 1980, no intuito de identificar a composição do quadro de discentes e docentes e os cursos mais frequentados por mulheres. A pesquisa tem caráter bibliográfico e documental. Os resultados evidenciaram que o ingresso de mulheres, como discentes ou docentes, no Ensino Superior, ocorreu de forma gradativa, sendo pouco observado nos censos de 1940 e 1950, vindo a crescer em 1960 e 1970 e, por fim, a quase igualar-se ao número de homens em 1980.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Ensino Superior. Mulheres. Brasil. Recenseamento Geral.

RESUMEN: *El estudio tuvo como objetivo investigar cómo ocurrió el ingreso de las mujeres en las instituciones de enseñanza superior en Brasil en el período comprendido entre 1940 y 1980. El período estudiado coincide con la mayor inserción de la mujer en el mercado de trabajo y, en consecuencia, la necesidad de formación profesional. El corte histórico estipulado abarca un período de cuarenta años y considera los datos proporcionados por los Censos Generales de los años 1940 a 1980, con el fin de identificar la composición del personal estudiantil y docente y los cursos con mayor asistencia de mujeres. La investigación tiene un carácter bibliográfico y documental. Los resultados mostraron que el ingreso de mujeres, como estudiantes o profesoras, en la enseñanza superior se dio de manera paulatina, observándose poco en los censos de 1940 y 1950, creciendo en 1960 y 1970 y, finalmente, casi igualando el número de hombres en 1980.*

PALABRAS CLAVE: *Historia de la Educación. Enseñanza Superior. Mujeres. Brasil. Censo General.*

ABSTRACT: *The study aimed to investigate how women entered higher education institutions in Brazil in the period between 1940 and 1980. The period studied coincides with the greater insertion of women in the labor market and, as a result, the need for professional preparation. The stipulated historical cut covers a period of forty years and considers the data provided by the General Censuses from the years 1940 to 1980, to identify the composition of the student and teaching staff and the courses most attended by women. The research has a bibliographical and documental character. The results showed that the entry of women, as students or professors, into higher education occurred gradually, being little observed in the 1940 and 1950 censuses, growing in 1960 and 1970 and, finally, almost equaling to the number of men in 1980.*

KEYWORDS: *History of Education. Higher Education. Woman. Brazil. General Census.*

Introdução

A pesquisa trata do acesso das mulheres ao Ensino Superior³, no Brasil, investigando o número de mulheres que passou a compor o corpo docente e o corpo discente nessa modalidade de ensino, no período compreendido entre 1940 e 1980. O recorte histórico se justifica por corresponder aos anos em que houve incremento no ingresso das mulheres no mercado de trabalho e, em consequência, a necessidade de preparo profissional para ocupar cargos com melhores salários. O estudo contribui, além disso, para a discussão sobre a igualdade de gênero no mercado de trabalho.

No Brasil, como observa Louro (2004, p. 471), “as últimas décadas do século XIX apontam, [...] para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens”. A permissão para as mulheres frequentarem estabelecimentos de Ensino Superior⁴, concedida pelo Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879 (Reforma Carlos Leôncio de Carvalho), em seu artigo 1º, ao tornar livre o ensino “superior em todo o Império” (BRASIL, 1879), foi apenas o primeiro passo para que elas acessem à formação superior. Apesar dessa possibilidade, nas décadas finais do Império e na primeira metade do século XX, era ainda pouco representativa a participação das mulheres no Ensino Superior. Dados consistentes a respeito da composição do quadro de discentes e docentes nos censos e de quais cursos foram os mais frequentados pelas mulheres, no entanto, foram obtidos em consulta aos Recenseamentos Gerais dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 (IBGE, 1940, 1950a, 1960, 1970 e 1980), que foram compulsados para se

³ O presente artigo deriva de um dos capítulos que compõem a tese intitulada “Tensões entre o permitido e o conquistado: trajetória de professoras do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (1950-1973)” (RIBEIRO, 2023b). Tese defendida pela autora do artigo e orientada pela coautora.

⁴ Embora o foco esteja desse artigo esteja no ingresso de mulheres no Ensino Superior, a falta ou dificuldade de acesso também é evidente nas etapas anteriores. A lei de 15 de outubro de 1827 introduziu várias disposições relacionadas à instrução pública. O texto da lei abordava a criação de escolas, a organização do ensino e a distinção entre a educação formal de meninos e meninas, bem como os exames, admissões e salários dos professores. A lei de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827) estabelecia que em “[...] todas as cidades, vilas e lugares mais populosos” haveria escolas primárias em quantidade suficiente, assim como escolas para meninas nas localidades mais densamente povoadas, nas quais os presidentes em conselho julgassem necessário estabelecer tais instituições, bem como mestres para ensinar nas escolas femininas e mestres para as escolas masculinas. Na prática, de acordo com Louro (2004), havia poucas escolas para meninas, enquanto o número de escolas para meninos era maior; algumas escolas eram administradas por congregações religiosas masculinas ou femininas, enquanto outras eram mantidas por leigos, com mestras e mestres. Almeida (2011) destaca que, segundo estatísticas oficiais, em todo o Império no ano de 1832 existiam 162 escolas para meninos e apenas 18 para meninas, sendo que 32 escolas para meninos e 8 escolas para meninas não estavam funcionando por falta de professores. Conforme Almeida (2011), o relatório oficial do Ministério do Império lamentava o fato de as escolas para meninas serem pouco frequentadas e, na visão do ministério imperial, os pais não desejavam que suas filhas aprendessem a ler, justificando que a instrução feminina deveria se limitar às tarefas domésticas e à costura. Em resumo, o ideal de criação dessas instituições não se concretizou na sociedade.

obter resposta à pergunta de pesquisa: como ocorreu o ingresso das mulheres nas instituições de Ensino Superior, no Brasil, no período compreendido entre 1940 e 1980?

Valendo-se de uma perspectiva histórica, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os estudos de Matos e Borelli (2016), Rosemberg (2016), Cunha (2016), Pinsky (2016a) e Romanelli (2017) contribuíram para a compreensão do contexto histórico. A pesquisa documental, pautada nos recenseamentos brasileiros que apresentam estudos estatísticos referentes à população por meio do recolhimento de várias informações, consistiu em forte apoio à abordagem qualitativa. Na esteira dos estudos de Flick (2009), tomou-se como primeiro movimento os dados quantitativos e, como segundo, a análise qualitativa. Primeiramente buscou-se os censos publicados e disponibilizados pelo IBGE, seguida de uma análise para identificar os indicadores relevantes para a temática em questão. A fim de coletar e armazenar os dados, foram criadas planilhas preenchidas com as informações extraídas dos recenseamentos: tais planilhas encontram-se disponibilizadas em Ribeiro (2023); posteriormente, os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, observando o contexto histórico e outros estudos. Essa combinação entre as duas abordagens possibilitou obter “um conhecimento mais amplo sobre o tema da pesquisa, em comparação ao conhecimento fornecido por uma única abordagem” (FLICK, 2009, p. 46). No entanto, pode-se afirmar que a abordagem qualitativa predominou, considerando-se que, em estudos sobre a situação das mulheres, é tida como a mais adequada.

Para estabelecer o recorte temporal entre 1940 e 1980, considerou-se o primeiro Recenseamento Geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o quinto censo efetivado pelo mesmo instituto. A análise foi estabelecida até o recenseamento de 1980, uma vez que esse documento apresenta dados expressivos acerca da expansão do Ensino Superior brasileiro ocorrido na década de 70 do século XX. Nesse período, pode-se observar o gradativo ingresso de mulheres no Ensino Superior brasileiro.

Pesquisas anteriores debruçaram-se sobre o fenômeno do ingresso de mulheres nas instituições de Ensino Superior brasileiras. Romanelli (2017) contribui com suas pesquisas acerca da reforma do Ensino Superior por meio de dados dos censos e com base nas legislações, porém não problematiza o ingresso de mulheres nessa modalidade de ensino. Guedes (2008), a partir da análise dos censos demográficos dos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000, discute a presença feminina nos cursos universitários e na pós-graduação, revelando a expressiva entrada de mulheres em cursos tradicionalmente masculinos. Santos e Costa (2021), igualmente, analisaram o massivo ingresso de mulheres no Ensino Superior a partir dos censos nacionais

publicados entre os anos de 1970 e 2010, tomando por perspectiva as questões de gênero, raça e classe. Audi e Cortela (2020) procuraram apresentar o perfil formativo e de gênero de discentes egressas do PPGEC entre os anos de 1997 e 2016. Queiroz e Santos (2016) examinaram a participação de mulheres negras em cursos de elevado prestígio social presentes na UFBA, nos anos de 2006 e 2010. Apesar das contribuições para a temática, os estudos mencionados analisam outras questões ou se pautam em recortes temporais diferenciados.

Mulheres: Sem permissão para frequentar o Ensino Superior

O acesso das mulheres à educação, em seus diversos níveis, ocorreu lenta e tardiamente no Brasil. Cunha (2016) destaca que, na Bahia, em 1550, os cursos de Teologia e Artes eram ministrados para filhos homens de: funcionários públicos, senhores de engenho, criadores de gado, artesãos e, no século XVIII, mineradores. Havia a proibição de Portugal para que as universidades fossem criadas em suas Colônias, pois o que se queria era prevenir que estudantes universitários instigassem movimentos independentistas. Ademais, salienta Cunha (2016), não havia como prover de docentes as possíveis universidades nos países colonizados.

Contudo, as instituições de Ensino Superior no modelo atualmente instituído não são resultado das atividades jesuíticas. “As instituições de Ensino Superior atualmente existentes resultaram da multiplicação e da diferenciação das instituições criadas ao início do século XIX, quando foi atribuído ao Brasil o *status* de Reino Unido a Portugal e Algarve” (CUNHA, 2016, p. 153-154). Ressalta-se que em 1808 foi criada a Escola de Cirurgia, em Salvador, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro. Em vez de universidades, foram criadas “[...] em estabelecimentos de extrema simplicidade”, cátedras de Medicina e de Engenharia. Matos e Borelli (2016) atestam que, nesse contexto, as mulheres que tinham condições econômicas e queriam se tornar médicas precisavam frequentar universidades fora do país.

No ano de 1827, os cursos jurídicos tiveram início em Olinda e em São Paulo, “[...] com o que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do Ensino Superior no país: Medicina, Engenharia e Direito” (CUNHA, 2016, p. 153-154). O Ensino Superior, no Período Imperial, era destinado a preparar as elites e os burocratas que trabalhariam no aparelho do Estado. Romanelli (2017) complementa que o Ensino Superior se instituiu durante o período de permanência da Família Real portuguesa no Brasil, entre 1808 e 1821, mas apenas em 1920 é que foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, por determinação do Governo Federal. Depois das primeiras instituições de Ensino

Superior fundadas, foi necessário praticamente um século para que se instituísse a primeira universidade no Brasil. Nesse período, o que importava era ter uma instituição superior que preparasse “[...] as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estreita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a ‘construção da ordem’, a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico” (SUCUPIRA, 1996, p. 67). Pode-se perceber que, em razão da finalidade com as quais essas instituições foram criadas, o acesso às mulheres não era permitido.

Até as décadas finais do Império, às mulheres era negado o ingresso nos estabelecimentos de Ensino Superior no Brasil, contudo, havia aqueles que defendiam alterações. Dentre os defensores, Hahner (2011) cita Tobias Monteiro, que utilizava exemplos de europeias que concluíram os estudos de Medicina e refutava as teorias fisiológicas da dimensão do cérebro feminino; e Joaquim Monteiro Caminhoá, que além de sustentar com arquétipos das médicas da Europa, ainda destacava os benefícios em ter mulheres na profissão para atender a outras mulheres que tinham pudor em contar suas enfermidades quando examinadas por homens.

Nos anos de 1870, iniciaram-se os debates em favor da admissão das mulheres nas faculdades de Medicina. Com o Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879 (BRASIL, 1879), que versava sobre a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império, as prescrições foram quanto ao ingresso de alunos e à abertura de instituições. O decreto, oriundo da chamada Reforma Leóncio de Carvalho do ensino primário e secundário da Corte e do Ensino Superior em todo o Império, “[...] dispensou os não católicos de aulas de religião e abriu o sistema de ensino para a iniciativa privada, prometendo mudar o espírito da formação superior, mas liberava a matrícula de mulheres nas faculdades de Medicina” (HAHNER, 2011, p. 470). Quanto à abertura de instituições, previa o texto: “Art. 20: É permitida a associação de particulares para a fundação de cursos onde se ensinem matérias que constituem o programa de qualquer curso oficial de Ensino Superior” (BRASIL, 1879). Por essas palavras, compreende-se que o Estado deu a possibilidade para que as iniciativas privadas pudessem abrir instituições de Ensino Superior desde que seguissem os programas de curso oficial.

Quanto às inscrições para o Ensino Superior, previa o texto: “Art. 20: prévia inscrição; apresentar certidão de exame”; “provar identidade de pessoa” (BRASIL, 1879, n.p.). Para inscrever-se em uma instituição de Ensino Superior, era necessário estar apto – apresentando os exames do ensino secundário – e ter o registro de identidade. Percebe-se que não havia

restrições quanto ao sexo dos estudantes, nem em relação à situação econômica, social ou cultural para o ingresso nessa modalidade de ensino. Com esse decreto, o ingresso das mulheres nas faculdades e instituições de Ensino Superior estava permitido⁵.

Contudo, limites e restrições foram impostos: as mulheres deveriam ficar em lugares e aulas separadas. Rita Lobato foi a primeira mulher branca a graduar-se na Faculdade de Medicina da Bahia, no ano 1887. Maria Falce de Macedo, primeira mulher a formar-se em Medicina no Paraná, em 1919, declarou que outras moças curitibanas não falavam com ela, uma vez que “era feio” uma mulher mexer em cadáveres nus na presença de homens. Mirtes de Campo foi a pioneira na área do Direito, graduando-se em 1899, e conseguiu seu registro no Instituto dos Advogados em 1905. A resistência por ela enfrentada “[...] para ser reconhecida na profissão provocou seu engajamento na luta pelos direitos das mulheres” (MATOS; BORELLI, 2016, p. 136). No que tange às mulheres negras, os obstáculos eram ainda maiores: somente no ano de 1926 Maria Rita de Andrade obteve o título de Bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia e Enedina Alves Marques foi a primeira negra a graduar-se em Engenharia Civil pela UFPR. Quanto às mulheres indígenas: no ano de 2006, “Maria das Dores de Oliveira, da etnia pankarau, foi reconhecida como a primeira mulher indígena a obter o título de doutor” (ROSEMBERG, 2016, p. 337). Foi preciso muita coragem para que essas pioneiras recebessem sua titulação de Ensino Superior.

O grupo de mulheres pioneiras que frequentavam as faculdades era pequeno e constantemente elas enfrentavam hostilidade masculina com palavras agressivas, declara Hahner (2011) com base em estudos de publicações de jornais do período dirigido ao público feminino. Matos e Borelli (2016) também atestam que as primeiras médicas brasileiras passaram por grande hostilidade durante o exercício de sua profissão, sofrendo menor oposição nas especialidades de Ginecologia, Pediatria e Obstetrícia. A médica Maria Falce de Macedo, em virtude dos preconceitos para com médicas mulheres, não encontrou possibilidade de clinicar e, diante disso, seguiu a carreira acadêmica e tornou-se a primeira mulher a ocupar uma cátedra universitária no Brasil, conforme narra Ganz (1994). É certo que poderia não haver, para as mulheres, restrições normativas quanto ao ingresso no Ensino Superior, entretanto, o

⁵ Warde e Rocha (2019) relembram que no Ensino Superior norte-americano e britânico as mulheres foram o primeiro grupo de excluídos que gradativamente quebraram o monopólio do contingente antes exclusivamente composto por pessoas brancas e do sexo masculino. “A historiografia norte-americana na qual elas estão inseridas discute essa questão a partir da noção de *separate spheres*, e analisa as diversas formas pelas quais as mulheres saíram da esfera privada do cuidado com os filhos e o lar e passaram a esfera pública do mercado de trabalho. Tanto para as elites quanto para as mulheres de classe média, a inserção no Ensino Superior era fundamental para que essa transição implicasse tanto uma ocupação ‘adequada’ ao papel feminino quanto à sua posição social” (WARDE; ROCHA, 2019, p. 71).

contexto social da época, marcado por pressões e preconceitos que buscavam submetê-las, resultava em que fossem poucas e não sem desafios as que se formaram até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a construção de resistências por parte delas foi fundamental para a mudança de comportamentos.

No ano de 1930, as alterações políticas novamente interferiram no campo universitário. A Reforma Francisco Campos foi implementada pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Dentre as efetivações de ações normativas, ressalta-se o Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), que dispunha sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e a adoção de um regime universitário. A primeira universidade a ser criada e organizada, “[...] conforme as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo, surgida em 25 de janeiro de 1934” (ROMANELLI, 2017, p. 134). No ano de 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939 ao incorporar-se à Universidade do Brasil, “[...] na qual se transformara a Universidade do Rio de Janeiro, desde 1937” (ROMANELLI, 2017, p. 134). Também no ano de 1935 foi criada a Universidade de Porto Alegre, de acordo com Fávero (2010). Em razão de políticas voltadas para o Ensino Superior, mais instituições foram implementadas no Brasil.

Antes do decreto, as universidades existentes no país eram poucas e não se organizavam conforme o novo estatuto. A Universidade do Rio de Janeiro havia sido fundada em 1920 e a Universidade de Minas Gerais, que agregou as Escolas de Direito, Engenharia e Medicina, no ano de 1927. A Universidade do Paraná⁶, que fora criada em 1912, deixou de ser reconhecida como tal em 1915 e voltou a ser oficializada por meio da Lei nº. 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (BRASIL, 1950), que dispunha sobre o Sistema Federal de Ensino Superior. Dentre os estabelecimentos mantidos pela União, além das Universidades de Minas Gerais, do Recife e da Bahia, estava a Universidade Federal do Paraná. Após a década de 1930, “[...] começaram a surgir universidades públicas e privadas, por todo o território nacional, em número que, em

⁶ A Universidade do Paraná “[...] foi reconhecida em 27 de março de 1913, por força da Lei n.º 1.284, do Governo do Estado, sob a presidência de Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Esta congregava os seguintes cursos: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Odontologia, Farmácia, Comércio e Obstetrícia. Seus estatutos foram aprovados em 18 de setembro de 1913, com base no já citado Decreto Federal n.º 8.659, acrescentando seis cursos: Propedêutico, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Veterinária, Medicina e Cirurgia” (GLASER, 1988, n.p.). Sobre a Universidade Federal do Paraná, o processo de consolidação percorreu mais de quatro décadas. Wachowicz (2006) demonstra todo o processo de gênese e de consolidação da Universidade do Paraná. A Universidade do Paraná fora criada em 1912, composta pelas Faculdade de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Em 1915, deixou de ser reconhecida por não atender à determinação do Governo Federal de abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de 100.000 habitantes. No ano de 1938, a Universidade do Paraná funda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e o Instituto Superior de Educação Anexo. No ano de 1941, em razão de dificuldades financeiras, passou para a direção da FFCL, para a Associação de Ensino dos Irmãos Maristas.

1969, já se somava 46” (ROMANELLI, 2017, p. 134). É possível ter uma compreensão de como era composto o quadro de discentes e o número de diplomas fornecidos em cada curso oferecido pelas Universidades por meio de análise dos Recenseamentos Gerais dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 (IBGE, 1940, 1950a, 1960, 1970 e 1980).

Censos: mulheres nas universidades

O recenseamento teve suas primeiras ocorrências nos anos de 1890, 1900 e 1920, porém, o marco inaugural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi o Recenseamento Geral de 1940, que trouxe consigo novas oportunidades para estudos (IBGE, 1940). Assim como em outros países, o recenseamento é realizado a cada década. Com o intuito de cumprir os objetivos da pesquisa, os dados obtidos dos censos realizados entre 1940 e 1980 foram organizados em planilhas para facilitar a análise. Como resultado dessa abordagem, foram criados quatro tabelas e um gráfico, os quais serão abordados mais adiante. A Tabela 1, intitulada “Instrução: cursando o Ensino Superior nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980”, apresenta uma parte dos resultados extraídos dos censos demográficos.

Tabela 1 – Instrução: cursando o Ensino Superior no Brasil anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980

	1940			1950			1960			1970			1980		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População	41.236.315	20.614.088	20.622.227	51.944.397	25.885.001	26.059.396	70.191.370	35.059.546	35.131.824	92.341.556	45.754.659	46.586.897	119.002.706	59.123.361	59.879.345
Não sabem ler nem escrever	21.295.490	9.908.255	11.387.235	24.907.596	11.645.573	13.262.023	27.578.971	12.978.840	14.600.131	30.718.597	14.592.133	16.126.464	32.731.347	15.900.859	16.830.488
Cursando ensino superior	40.294	32.655	7.639	sem informação			56.970	42.644	14.326	607.688	349.668	258.020	1.325.808	673.633	652.175
Cursando Mestrado e Doutorado	sem informação			sem informação			sem informação			sem informação			36.398	19.662	16.736

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados dispostos nos censos demográficos (IBGE, 1940, 1950a, 1960, 1970, 1980)

Por meio da análise da Tabela 1 é admissível observar a proporção bastante reduzida de pessoas cursando o Ensino Superior. Nos anos de 1940⁷ e 1960, os estudantes de Ensino Superior representavam menos de 0,10% da população brasileira, um percentual que aumentou para 0,65% em 1970 e 1,12% em 1980. Por outro lado, o percentual de pessoas que não sabiam

⁷ No recenseamento de 1950, não é possível obter informações específicas sobre o número de pessoas que cursavam o Ensino Superior. Isso se deve à maneira como os dados foram coletados e registrados, com a especificação fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na época. O recenseamento de 1950 focava em pessoas presentes, com 5 anos de idade ou mais, que estavam frequentando ou haviam frequentado algum tipo de curso, categorizando essas informações por sexo, faixas etárias, grau de ensino e a última série em que obtiveram aprovação. Portanto, não há dados disponíveis nesse recenseamento que indiquem diretamente o número de pessoas cursando o Ensino Superior.

ler nem escrever no país era significativo em comparação com a população total: em 1940, era de 51,64%; em 1950, 47,95%; em 1960⁸, 39,29%; em 1970, 33,26%; e em 1980, 27,50%. Esses resultados evidenciam que cursar o Ensino Superior era uma oportunidade para poucos ao longo dessas cinco décadas, especialmente quando comparado ao grande número de pessoas que não possuíam habilidades de leitura e escrita.

No estado do Paraná⁹, o panorama não diferia significativamente dos resultados apresentados pelo censo nacional em relação ao percentual de pessoas que sabiam ler e escrever e àquelas que cursavam o Ensino Superior. Em relação à população total do estado, o percentual de pessoas que não sabiam ler nem escrever era de 48% em 1940, 45% em 1950, 36% em 1960, 31% em 1970 e 22% em 1980. Já aqueles que cursavam o Ensino Superior representavam, em comparação com a população total do estado, 0,38% em 1950, 0,39% em 1970 e 0,91% em 1980. A partir desses dados, pode-se inferir que, no Paraná, também era restrito o acesso ao Ensino Superior, o que conferia vantagens profissionais aos que detinham essa formação.

Observa-se, ainda na Tabela 1, o progressivo ingresso das mulheres no ambiente universitário. Entre 1940 e 1960, as mulheres representavam 18,96% e 25,15% dos estudantes universitários, respectivamente, indicando que as universidades eram majoritariamente compostas por homens. Todavia, os dois censos demográficos subsequentes revelaram um equilíbrio no cenário universitário, pois em 1970 o percentual de mulheres no corpo discente era de 42,46%, e em 1980, esse número aumentou para 49,19%. Houve um ingresso lento das mulheres até o final da década de 1950, seguido por um progresso expressivo nas décadas de 1960 e 1970. Um século após a permissão da entrada de mulheres no Ensino Superior, elas representavam aproximadamente metade do corpo discente em 1980.

Essa análise baseada nas mudanças ocorridas ao longo das décadas pode ajudar a compreender o fenômeno em questão. Conforme descrito por Pinsky (2016a), as representações sobre o papel da mulher impactavam as práticas socialmente adotadas em cada período histórico. No período abordado neste artigo, podem ser identificados dois modelos diferentes de representações: um em que os modelos de feminilidade se consolidaram, desde o início do

⁸ Existem dados interessantes sobre as matrículas na educação básica nos anos de 1960, conforme apresentados por Romanelli (2017). No ano de 1965, houve um maior número de matrículas no ensino particular, totalizando 1.121.158, em comparação com o ensino público, que registrou 1.033.272 matrículas. O censo escolar de 1964 revelou que 33,7% das pessoas com idades entre 7 e 14 anos não frequentavam a escola, sendo a maioria devido à falta de instituições educacionais. A partir desses dados, pode-se perceber que o Estado atendia a menos de 33% da população nessa faixa etária que deveria estar frequentando o ensino público, uma vez que 33,7% não frequentavam nenhuma instituição e a outra parcela era atendida por instituições particulares.

⁹ Os dados dos recenseamentos do Paraná foram comparados com os resultados brasileiros para compreender a trajetória das professoras do Setor de Educação da UFPR.

século XX até o início dos anos 1960, e outro de maior fluidez, a partir de meados dos anos 1960 até os dias atuais, quando os ideais do período anterior foram questionados e passaram a conviver com novas referências.

Nessa perspectiva, podemos compreender que os resultados apresentados nos recenseamentos estão alinhados com os modelos descritos por Pinsky (2016a). Até a década de 1960, as mulheres, especialmente nos centros urbanos, começaram a conviver com os homens em espaços públicos, como ruas, bares, cafés e cinemas. O casamento ainda era visto como um objetivo para a maioria das mulheres, pois ter uma família, filhos e um lar harmonioso era considerado o ideal feminino. Algumas mulheres (embora em pequeno número) frequentavam as universidades em busca de continuidade dos estudos, melhores oportunidades profissionais ou para complementar seu capital cultural, o que era valorizado no contexto matrimonial. No entanto, o curso universitário não poderia comprometer a feminilidade ou o casamento, pois uma mulher com formação de nível superior era vista como “muito exigente, e nenhum marido quer ser ofuscado pela esposa” (PINSKY, 2016a, p. 509). Portanto, cursar uma instituição de Ensino Superior não estava entre as prioridades ou possibilidades para a maioria das mulheres até meados da década de 1960. Os “modelos rígidos” de representações sobre o ser mulher estavam presentes nos discursos e práticas adotados por elas.

Conforme observado por Pinsky (2016a), as representações das mulheres começaram a passar por transformações nesse contexto. Os trabalhos artesanais e domésticos, que antes eram comuns e proporcionavam uma renda extra, começaram a desaparecer, deixando um número significativo de mulheres sem essa fonte de renda. Ao mesmo tempo, aumentou o interesse pela mão de obra feminina, especialmente no setor de serviços, como burocracia, bancos, comércio, mídia e profissionais liberais. Essas mudanças levaram à valorização da educação das mulheres, mesmo que valores conservadores ainda estivessem presentes.

Os “modelos rígidos” começaram a ser contestados em favor de “modelos flexíveis” de representação da mulher a partir de meados dos anos 1960. Assim como os homens, as mulheres estudavam, trabalhavam, viajavam, liam jornais, tinham acesso a informações nacionais e internacionais, dirigiam automóveis, entre outras atividades. O cinema passou a retratar novas possibilidades de prazer, a pílula anticoncepcional¹⁰ permitia o planejamento familiar, o casamento vitalício começou a ser questionado e o mercado de trabalho oferecia posições antes ocupadas exclusivamente por homens. As instituições de Ensino Superior também se tornaram locais acessíveis para ambos os sexos. Algumas mulheres passaram a ter a possibilidade de

¹⁰ A pílula anticoncepcional chegou às farmácias no ano de 1961, como atesta Pinsky (2016a).

escolher profissões que não estivessem ligadas ao cuidado doméstico. Diante desse cenário, é possível compreender que os números apresentados nos censos de 1970 e 1980 refletem um aumento no número de mulheres que se sentiram encorajadas a ingressar no ambiente universitário, impulsionadas pelas novas oportunidades de trabalho.

Os dados apresentados nos censos do Paraná corroboram os resultados encontrados nos censos nacionais em relação à presença das mulheres no Ensino Superior. Em 1950, as mulheres representavam apenas 11% do corpo discente, mas esse número aumentou para 42,14% em 1970 e atingiu 48,68% em 1980. Esses números refletem uma tendência semelhante à encontrada nos censos brasileiros, mostrando que, a partir dos anos finais da década de 1960, as mulheres já compunham quase metade dos estudantes universitários no Paraná. Assim, os dados dos censos do Paraná confirmam a tendência nacional de maior presença feminina no Ensino Superior e revelam o crescimento expressivo no número de discentes ao longo das décadas de 1960 e 1970, apesar do baixo percentual em relação à população total do país.

Além disso, por meio dos dados dispostos na Tabela 1, observa-se um aumento significativo no número de discentes ao longo das décadas de 1960 e 1970, apesar do baixo percentual em relação à população total do Brasil. O número de pessoas cursando o Ensino Superior passou de 56.970 no início da década de 1960 para 1.325.808 no início da década de 1980. Esses dados evidenciam os resultados da expansão do Ensino Superior nesse período.

A expansão do Ensino Superior nas décadas de 1960 e 1970 trouxe consigo desafios e problemas relacionados à capacidade das instituições de lidar com o aumento da demanda: o ritmo de desenvolvimento das instituições não foi tão rápido quanto à procura pelo serviço ofertado. Havia excedentes de alunos e falta de recursos. “A crise se consubstanciou, no crescente protesto de docentes e discentes na impossibilidade de se efetuar um trabalho normal dentro das salas de aula das escolas superiores lotadas, sobretudo, superlotadas e desprovidas de recursos” (ROMANELLI, 2017, p. 215). Houve demanda de quadros superiores que regiam as universidades e, por isso, as instituições de Ensino Superior precisaram ser reestruturadas.

Com a Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968¹¹ (BRASIL, 1968), foram fixadas as normas¹² de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola

¹¹ “A reforma do ensino dos anos 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para formação de ‘capital humano’, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e Segurança Nacional, defesa do estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 29).

¹² “No que concerne à legislação educacional, implementou-se uma série de leis, decretos-leis e pareceres referentes à educação, visando assegurar uma política educacional orgânica, nacional e abrangente que garantisse

média. Essa lei representou uma mudança significativa no sistema universitário brasileiro, que até então seguia o modelo napoleônico. O objetivo do Ensino Superior era descrito no “Art. 1º – O Ensino Superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário” (BRASIL, 1968, n.p.). Em relação ao corpo docente, as pesquisas de teor científico passaram a ser contabilizadas: “Art. 32 – §2º Serão considerados, em caráter preferencial, para o ingresso e a promoção na carreira docente do magistério superior, os títulos universitários e o teor científico dos trabalhos dos candidatos” (BRASIL, 1968), assim como as cátedras foram extintas: “Art. 33. Os cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, serão desvinculados de campos específicos de conhecimentos. [...] § 3.º Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do Ensino Superior do País” (BRASIL, 1968). Essas mudanças promovidas pela Lei nº. 5.540 de 1968 contribuíram para a modernização das instituições de Ensino Superior no Brasil, direcionando-as para a produção de conhecimento científico, a formação de profissionais e a flexibilização da estrutura acadêmica.

A reforma de 1968 no Ensino Superior brasileiro, conforme descrito por Martins (2009), teve como principais objetivos a expansão e a modernização¹³ das instituições públicas, especialmente das universidades federais. Por meio da Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), foram propiciadas condições de articulação das atividades de ensino e de pesquisa; a abolição das cátedras vitalícias; a introdução do regime departamental; e a institucionalização da carreira acadêmica, já que a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica, características que também promoveram o ingresso de docentes mulheres no quadro profissional do Ensino Superior.

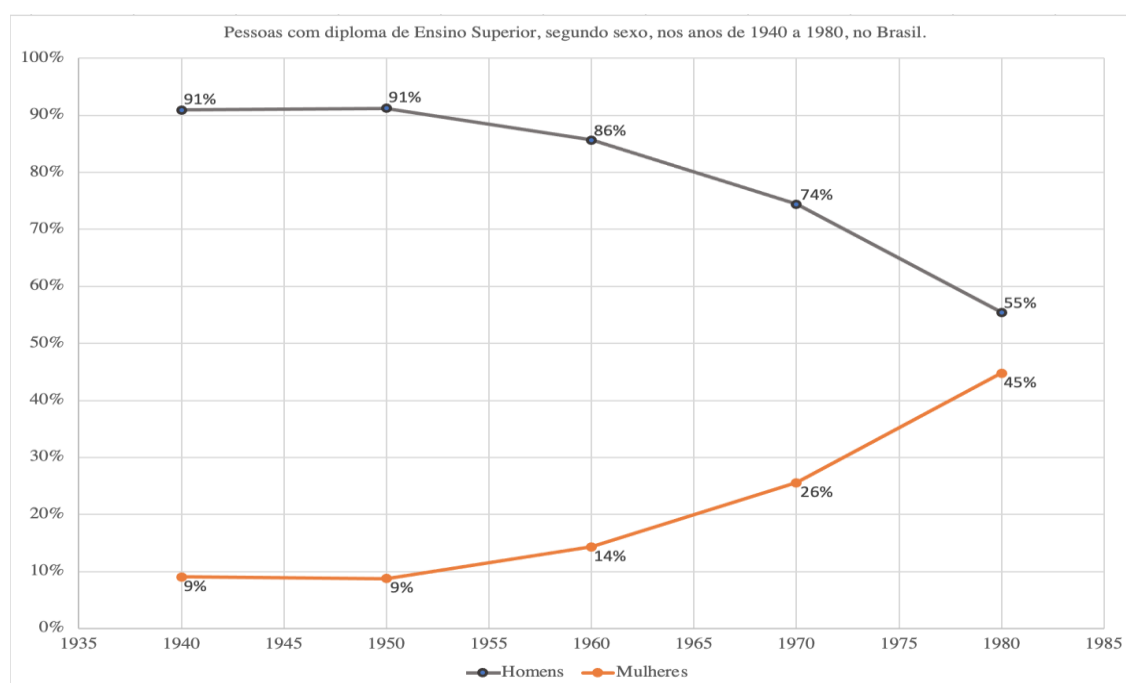
o controle político e ideológico sobre a educação escolar em todos os níveis e esferas” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 29).

¹³ “A modernização do Ensino Superior no Brasil, segundo os padrões vigentes nos Estados Unidos, tem sido associada ao Golpe Militar de 1964, como se esse fosse sua causa, com a intermediação dos consultores estrangeiros. A falta de um projeto para o Ensino Superior teria levado os novos ocupantes do poder a buscar naquele país consultores para traçarem as diretrizes da reforma de ensino desse grau. Com efeito, nos quase cinco anos decorridos após o golpe de março-abril de 1964, não se produziu para o setor educacional – particularmente para o Ensino Superior – documento legal que expressasse uma política para o setor” (CUNHA, 2007, p. 23). As universidades estadunidenses eram relativamente novas no início do século XX. “Surgidas em meados do século XIX, as universidades estadunidenses se estabilizaram e cresceram expressivamente a partir da década de 1890, ganhando certa homogeneidade na sua denominação e na função exercida” (WARDE; ROCHA, 2019).

Pessoas com diplomas de Ensino Superior no Brasil

Vale observar o balanço em relação ao número de pessoas com diploma de curso completo nessa modalidade de ensino antes de adentrar e explorar os dados acerca dos professores do Ensino Superior. A Figura 1, intitulada “Pessoas com diploma de Ensino Superior, segundo sexo, nos anos de 1940 a 1980, no Brasil” ilustra o aumento do número de indivíduos no Brasil que possuíam diploma de Ensino Superior, discriminado por sexo, durante o período de 1940 a 1980.

Figura 1 – Pessoas com diploma de Ensino Superior, segundo sexo, nos anos de 1940 a 1980, no Brasil



Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados dispostos nos censos demográficos (IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980)

Com base na Figura 1, observa-se um notável aumento na representação percentual de mulheres com Ensino Superior completo. Nos censos de 1940 e 1950, as mulheres compunham apenas 9% do total de pessoas com títulos de Ensino Superior. Nos levantamentos de 1960 e 1970, a participação das mulheres subiu para 14% e 26%, respectivamente. Contudo, foi no censo de 1980 que a proporção de homens e mulheres com Ensino Superior completo se equilibrou mais, com 55% para os homens e 45% para as mulheres. É perceptível que, em comparação com o número de homens com a mesma qualificação, havia poucas mulheres com Ensino Superior completo nos censos de 1940 e 1950. Esse percentual se tornou mais

expressivo nos levantamentos de 1960 e 1970 e, nos anos de 1980, chegou a ser praticamente equivalente.

Quando se examina a mesma categoria – a proporção de homens e mulheres com diplomas de Ensino Superior – no censo do Paraná durante o mesmo período, observamos que os resultados são bastante semelhantes aos dos censos nacionais. Os dados referentes ao Paraná estão apresentados na Tabela 2 – Pessoas com diploma de Ensino Superior, discriminadas por sexo, nos anos de 1940 a 1980, no estado do Paraná.

Tabela 2 – Pessoas com diploma de Ensino Superior, segundo sexo, nos anos de 1940 a 1980, no Paraná

Paraná	1940			1950			1960			1970			1980		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Curso completo	2.730	2.548	182	5.125	4.770	445	13.668	11.921	1.747	25.962	20.018	5.944	94.004	51.841	42.163
porcentagem		93%	7%		93%	9%		87%	13%		77%	23%		55%	45%

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados dispostos nos censos demográficos (IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980)

Houve uma variação insignificante quando comparado aos resultados dos censos brasileiros. Os dados revelam que, no Paraná, o percentual de mulheres com Ensino Superior completo era bastante reduzido nos censos de 1940 e 1950. No entanto, houve um aumento significativo nesse número nos censos de 1960 e 1970, chegando a quase igualar no censo de 1980. Portanto, o crescimento do número de mulheres com diplomas de Ensino Superior no Paraná acompanhou o padrão observado em todo o país.

Nas décadas de 1960 e 1970, houve um aumento significativo na expansão do Ensino Superior no Brasil, acompanhado por um aumento na proporção de mulheres com educação superior em relação aos homens. Essa expansão começou a ser evidenciada no censo de 1970, quando o número de mulheres com formação superior completa começou a aumentar. Desde a permissão para frequentar esses cursos, concedida com o Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879, até os anos finais da década de 1950, a quantidade de mulheres com Ensino Superior completo era expressivamente inferior ao número de homens. De acordo com Guedes (2008), a ampliação da escolaridade e o aumento do número de vagas nas universidades brasileiras nas últimas três décadas do século XX foram fenômenos observados com maior intensidade no contingente feminino. Entre 1970 e 2000, as mulheres “[...] conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino” (GUEDES, 2008, p. 118). Entretanto, levou praticamente um século desde a permissão para que as mulheres frequentassem cursos de Ensino Superior no Brasil até

que houvesse uma equivalência entre homens e mulheres com diplomas nessa modalidade de ensino.

A obtenção de diplomas de Ensino Superior ampliava as oportunidades de escolha profissional tanto para mulheres quanto para homens. No entendimento de Pinsky (2016b) durante as décadas de 1960 e 1970, houve um processo de dissolução das disparidades curriculares entre alunos e alunas, o que resultou em melhores oportunidades para as mulheres ingressarem na universidade. Esse período também marcou uma mudança de atitude em relação à educação feminina e a busca por maior escolaridade entre as mulheres passou a ser encarada como um caminho rumo à independência financeira e à equiparação de oportunidades profissionais entre homens e mulheres (PINSKY, 2016b).

Destaca-se que a falta dessa qualificação também tinha repercussões na possibilidade de exercer determinadas profissões. Até a década de 1970, as mulheres, conforme ilustrado na Figura 1 – Pessoas com diploma de Ensino Superior, segundo sexo, no Brasil, entre os anos de 1940 e 1980, enfrentavam significativas desvantagens ao competir por posições no mercado de trabalho, nas quais os títulos conferidos por instituições de Ensino Superior tinham peso na contratação. Nesse sentido, é igualmente importante analisar em quais áreas as mulheres passaram a obter diplomas.

Pessoas com diplomas de Ensino Superior, segundo sexo e curso

Os resultados referentes aos diplomas dos cursos obtidos pelas mulheres que ingressaram no Ensino Superior foram apresentados na Tabela 3, intitulada “Pessoas com diploma de Ensino Superior, discriminadas por sexo e cursos, no Brasil, entre os anos de 1940 a 1980”.

Tabela 3 – Pessoas com diploma de Ensino Superior, segundo sexo e cursos, nos anos de 1940 a 1980, no Brasil

	1940		1950		1960		1970		1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N.º de diplomas	96.846	9.650	144.233	13.837	246.755	41.199	402.852	138.496	992.189	704.811
Nome do curso										
Pedagogia (Pedagógico (normal ou pedagógico 1950)	1.665	305	3.673	4.381					13.106	133.399
Letras					5.306	8.404			17.931	105.853
Outros Cursos de Grau Superior									54.515	57.386
Direito	20.145	482	30.254	1.048	51.768	3.845	79.673	11.459	166.827	54.494
Ciências e Estudos Sociais									8.250	34.706
Administração (Serviços Administrativos 1950)	72	12					6.325	1.154	103.972	33.544
Medicina	18.042	543	24.718	1.093	36.925	3.232	48.316	5.786	104.591	33.035
Artes Plásticas - Belas Artes (1960) - Artes (1980)	581	187			461	537	1.257	3.120	6.889	28.588
Psicologia (1970)							844	1.980	4.248	26.519
Serviços Sanitários e Assistência Social (Serviço Social 1970)	42	89			154	1.704	575	5.120	940	23.680
Comunicação Social									15.498	22.762
Filosofia									9.908	21.487
Educação Física	249	87	450	465	453	465	2.138	2.586	17.773	19.700
Odontológico	10.817	1.225	15.291	2.027	24.623	3.801	29.941	6.476	41.390	18.594
Ciências Econômicas (1970)							30.930	2.971	71.981	17.544
Enfermagem (1970)							586	8.233	1.306	16.888
Matemática									11.288	16.285
Biologia (1980)									6.154	16.054
Ciências Contábeis e Atuárias (1970)							13.963	3.291	44.462	15.675
História									3.943	15.611
Biblioteconomia									844	12.028
Outros Ciências Biológicas e Saúde									1.545	10.671
Farmácia (Farmácia e Bioquímica 1970)	8.242	1.841	8.685	2.560	11.207	4.485	10.469	4.933	9.879	10.123
Geografia									2.851	9.787
Arquitetura (1950) Arquitetura e Urbanismo (1980)			1.560	78	3.504	402	5.905	1.186	12.326	7.899
Ciências (1980)									2.143	5.763
Engenharia (1950) Engenharia Civil (1980)			20.256	183	39.314	692	67.452	1.267	62.102	4.145
Química									5.799	3.368
Química Industrial (Engenharia Química e Química Industrial 1980)	1.558	125	3.095	401	4.082	380	7.502	1.227	13.077	2.873
Agronomia	3.652	47	5.735	79	9.056	217	12.857	474	26.764	2.265
Engenharia, não classificada ou mal definidos (1980)									40.032	2.221
Ciências da Computação									4.673	1.822
Veterinária	1.250	34	1.632	35	3.172	289	4.558	280	9.912	1.638
Física									3.302	1.636
Eclesiástico (teologia 1980)	4.598	86	8.535		9.471	338	12.073	907	10.092	1.416
Outros Ciências Humanas e Sociais									766	1.359
Engenharia Elétrica e Eletrônica (1980)									28.926	1.225
Ciências Estatísticas (Estatística 1980)					410	97	574	108	1.437	833
Engenharia Mecânica (1980)									32.700	553
Geologia									3.371	549
Outros Ciências Agrária									3.184	391
Outros, Exclusive Engenharia - Ciências Exatas e Tecnológicas									796	320
Militar	5.089		13.612		22.030	19	18.002	46	10.696	122
Artes domésticas (1960)					18	69				
Bacharelado e didática - outros cursos					3.787	3.610				
Ciências econômicas (contábeis e atuárias 1960)	1.735	158	5.150	371	12.141	1.269				
Geografia e História					1.472	2.491				
História Natual					732	1.013				
Matemática, Física, Química e Desenho					4.695	1.959				
Música	456	2.648								
Outros - modalidades mal definidas	4.047	1.636	1.587	1.116	1.974	1.881	22.888	20.188		
Politécnico	13.912	96								
Serviços de transporte	694	49								

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados dispostos nos censos demográficos (IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980)

Por meio da análise da Tabela 3, pode-se constatar que, no ano de 1980, as mulheres representavam 44,48% dos indivíduos com formação universitária. Em termos de números, os cursos nos quais as mulheres obtiveram mais diplomas foram: Pedagogia, Letras, Direito, Ciências e Estudos Sociais, Administração, Medicina, Artes, Psicologia e Assistência Social. Os cursos de Pedagogia e Letras, combinados, correspondiam a 30% do total de diplomas de Ensino Superior conquistados por mulheres.

Também é possível fazer uma estimativa dos cursos que eram predominantemente frequentados por homens, com base no número de diplomas obtidos por eles em relação ao número total de diplomas concedidos em cada curso durante a década de 1980. Os homens eram majoritários nos seguintes cursos: Militar, com 98,87% dos diplomas; Engenharia Mecânica, com 98,34%; Engenharia Elétrica e Eletrônica, com 95,94%; Engenharia Civil, com 93,74%; Agronomia, com 92,20%; Teologia, com 87,70%; Geologia, com 85,99%; Medicina Veterinária, com 85,82%; Química Industrial, com 81,99%; e Ciências Econômicas, com 80,40%. Nessas áreas, a presença masculina era significativamente maior em comparação com as mulheres que obtinham diplomas.

Ao analisar a proporção de diplomas concedidos a mulheres em relação ao número total de diplomas em diferentes cursos na década de 1980, é possível identificar as áreas em que as mulheres estavam mais presentes. No topo da lista estava a Assistência Social, com 96,18% dos diplomados sendo mulheres, seguida pela Biblioteconomia, com 93,44%. Em terceiro lugar vinha a Enfermagem, com 92,82%, seguida pela Pedagogia, com 91,05%, e a Psicologia, com 86,19%, em quinto lugar. Na sexta posição, encontrava-se Letras, com 85,53%, seguida pelas Ciências e Estudos Sociais, com 80,79%. Por último estava a área de Artes, com 80,58% dos diplomas sendo concedidos a mulheres. Esses dados refletem a predominância feminina nessas áreas, pelo menos em termos de obtenção de diplomas, indicando a existência de espaços predominantemente ocupados por mulheres dentro das instituições, enquanto outros espaços eram reservados aos homens.

Até os anos de 1980, o curso de Pedagogia foi o mais escolhido por mulheres, com um total de 133.999 graduadas. Essa preferência indicava que o curso, estabelecido em 1939, oferecia oportunidades de formação e atuação no nível superior para as mulheres. No entanto, essa tendência perpetuava o modelo de representação das mulheres ligadas aos cuidados e à educação dos cidadãos, refletindo discursos do final do século XIX e configurando o fenômeno da feminização do magistério.

Professores do Ensino Superior conforme censos demográficos

No contexto dos professores do Ensino Superior, a Tabela 4 apresenta informações sobre o número de professores universitários do sexo feminino no Brasil durante os anos de 1960 e 1970, destacando o ingresso das mulheres como docentes nas instituições de Ensino Superior.

Tabela 4 – Professores do Ensino Superior brasileiro segundo sexo, nos anos de 1960 e 1970

	1960			1970		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Professores do Ensino Superior no Brasil	5.659	4.616	1.043	17.555	12.420	5.135

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados dispostos nos censos demográficos (IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980)

A Tabela 4 exhibe o incremento da presença feminina no corpo docente do Ensino Superior. Em 1960, as mulheres representavam 18,43% do total de professores, mas esse percentual subiu para 29,25% em apenas uma década. No âmbito do censo paranaense, em 1960, a proporção de mulheres no corpo docente das instituições de Ensino Superior era de 13,90%, um valor inferior ao registrado no censo brasileiro. Esse desequilíbrio, porém, foi corrigido no recenseamento do Paraná em 1970, quando o número de professoras aumentou para 29,78%.

Quando se compara o aumento no percentual de mulheres no corpo docente com o crescimento das mulheres como estudantes nos censos brasileiros, nota-se que as mulheres não alcançaram a mesma representação como professoras nas instituições acadêmicas na mesma proporção que como estudantes. Por exemplo, em 1970, as mulheres correspondiam a 42,46% dos estudantes, enquanto ocupavam apenas 29,25% dos cargos docentes no Ensino Superior no Brasil. Essa disparidade também é observada no censo paranaense de 1970, em que as mulheres representavam 42,14% dos estudantes e 29,78% do corpo docente. Os dados revelam que, em 1970, menos de 30% das mulheres ocupavam cargos de professoras no âmbito universitário.

As transformações urbanas, industriais, sociais e políticas do país estão intrinsecamente ligadas à entrada das mulheres na profissão docente, como salienta Louro (2004), Hahner (2011) e Almeida (2011). O processo de inclusão das mulheres nas salas de aula teve um início gradual. A instrução de mulheres passa a ser desejada e para elas é permitido ministrar aulas para meninas e, posteriormente, para meninos. De acordo com Louro (2004), durante o final do século XIX e o início do século XX, houve um aumento significativo no número de mulheres ingressando nas escolas normais, a ponto de essas instituições se tornarem predominantemente femininas na terceira década do século XX. Embora a permissão para frequentar o Ensino Superior tenha ocorrido no final do século XIX, foi somente na terceira década do século XX, com a abertura de cursos de pedagogia, que as normalistas puderam dar continuidade aos seus estudos e obter habilitação para lecionar no ensino secundário.

Ao longo do século XX, como demonstrado por meio da análise dos censos, o número de mulheres matriculadas no Ensino Superior cresceu significativamente, chegando ao ponto

de representarem metade do corpo discente dessas instituições nas décadas de 70 e 80. Todavia, foi somente na década de 70 que o caminho para que as mulheres atuassem no corpo docente das instituições de Ensino Superior foi ampliado, juntamente com a expansão do próprio Ensino Superior.

Considerações finais

O estudo teve como objetivo investigar a inserção das mulheres em instituições de Ensino Superior, no Brasil, considerando o recorte histórico 1940-1980. O período escolhido ressalta em importância por coincidir com a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de preparo profissional para a assunção das novas demandas que surgiam. Fundamentado nos dados contidos nos Recenseamentos Gerais dos anos de 1940 a 1980, possibilitou a identificação da composição do quadro de discentes e de docentes, bem como os cursos que foram mais frequentados por mulheres, conforme atestam as tabelas organizadas pelas autoras.

Os resultados demonstram que o ingresso das mulheres nas instituições de Ensino Superior ocorreu de maneira gradativa, tanto ocupando a posição de discentes como compondo o corpo docentes nesses espaços sociais. No Brasil, a formação feminina no Ensino Superior só foi permitida no final do século XIX, porém foi com a abertura dos cursos de Pedagogia, em meados da década de 30 do século XX, que mais mulheres passam a frequentar essas instituições. De forma gradativa, nas décadas de 70 e 80, as mulheres passaram a representar aproximadamente 50% dos discentes matriculados em variados cursos das instituições. No que se refere ao ingresso das mulheres no corpo docente, é possível perceber que elas constituíam 10% do montante de professores nos censos de 70 e 80. Múltiplos fatores contribuíram para que, ao mesmo tempo em que, na educação elementar, ocorria o processo de “feminização do magistério”, a situação no Ensino Superior seguisse caminho diverso. Tais fatores, porém, não constituíram o objeto deste estudo.

Alguns limites dessa pesquisa consistiram na impossibilidade de problematizar a posição social das discentes e portadoras de título de Ensino Superior ou o acesso das mulheres negras a essas instituições. Os recenseamentos (1950, 1960, 1970 e 1980) não oferecem esses dados, o que impossibilitou a discussão, contudo considera-se de grande importância a reflexão sobre essas problemáticas.

Os dados presentes nos censos igualmente não especificam em quais cursos as mulheres começaram a compor o corpo docente dessas instituições de Ensino Superior. Pesquisas nos documentos institucionais das instituições de Ensino Superior, no período estudado, poderão auxiliar na compreensão de que forma e em quais cursos as mulheres passaram a atuar como docentes nessa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (séculos XIX/XX). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 42, p. 143-156, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639871>. Acesso em: 22 fev. 2023.

AUDI, A. G.; CORTELA, B. S. C. A presença feminina na formação de docentes para o Ensino Superior: o perfil formativo de um curso de Pós-graduação em educação para a Ciência. **Revista de Iniciação à Docência**, Bahia, v. 5, n. 1, p. 56-69, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/6808/4792>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: Dom Pedro, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Rio de Janeiro: Dom Pedro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá [...]. Rio de Janeiro: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, L. A. O Ensino Superior e Universidades no Brasil. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Minas Gerais: Autentica, 2016.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GANZ, A. M. **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945.** 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

GLASER, N. Z. R. R. Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica. **Educar em Revista**, v. 7, p. 13-58, dez. 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/pFSJg3H7Kp3tNGdLkWFNPDv/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 117-132, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hesm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JMn CZPDYwLMHfDMD94HfWyC/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 1950.** Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 28 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 1960.** Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 28 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 1970.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 28 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 28 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1940**: censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINSKY, C. B. Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016a.

PINSKY, C. B. Imagens e representações 2: a era dos modelos flexíveis. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016b.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, C. M. As mulheres negras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEBA. Educação e Contemporaneidade**, Bahia, v. 25, n. 45, p. 71-87, abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/2286/1592>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RIBEIRO, A. F. M. Análise dos censos Brasil - Educação (1940-1980). **Zenodo**, 2023a. Disponível em: <https://zenodo.org/record/7948306>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RIBEIRO, A. F. M. **Tensões entre o permitido e o conquistado**: trajetória de professoras do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (1950-1973). 2023b. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2023b.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 40. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadoras e a educação de mulheres. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTOS, A. P. S.; COSTA, M. L. F. O avanço feminino na educação superior brasileira: perspectivas de gênero, raça e classe. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, e12657, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12657>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SUCUPIRA, N. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. *In*: FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate**: história da UFPR. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2006.

WARDE, M. J.; ROCHA, A. C. S. M. Onde estavam as mulheres? O Ensino Superior nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 1, p. 68-86, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.05>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Os dados coletados e organizados em planilha estão disponíveis em Ribeiro (2023a).

Contribuições dos autores: A autora participou da construção e formação deste estudo, contribuindo com a pesquisa de documental e bibliográfica, análise e interpretação dos dados e pela redação do texto. A coautora contribuiu com o estudo por meio da análise e interpretação dos dados e pela aprovação do texto final.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

